

# Instituto alternativo traz soluções para o DF

A criação de um Centro de Desenvolvimento Integral em Brazlândia, que além de uma farmácia verde (já em funcionamento e com mais de cem plantas medicinais), terá laboratório para manipulação de produtos, horta medicinal e cursos sobre plantas medicinais para centros de saúde, hospitais e comunidade.

A despoluição de rios e nascentes, — a um custo 90% inferior através do processo de solos filtrantes (que recicla o esgoto jogado nos rios através de uma plantação de arroz) e ainda devolve água limpa e arroz de ótima qualidade. Criação de oficinas e hortas comunitárias, minibiogestores domésticos, implantação da homeopatia, acupuntura e naturopatia nos currículos médicos, construção de habitações com materiais reciclados, resgatando usos e técnicas populares. Estes são alguns dos mais de 54 projetos, distribuídos em sete programas de ação integral, elaborados pelo Grupo de Trabalho de Saúde e Desenvolvimento Integral que serão implantados em Brasília através do Instituto de Tecnologia Alternativa, igualmente uma iniciativa do GDF.

Criado em março último o ITA funciona provisoriamente no anexo do Burity, onde dispõe de pouco espaço, mas muito entusiasmo por parte de suas "cabeças pensantes", pessoas experientes no setor e que propõem uma nova concepção de progresso e desenvolvimento, tendo na valorização do homem e participação da comunidade sua principal bandeira. As primeiras experiências — piloto estão sendo realizadas em Brazlândia e Planaltina, por serem cidades antigas e com uma gama de conhecimentos e tradições a serem resgatadas. Com a construção de Brasília estas cidades, que eram independentes política e economicamente, perderam sua autodeterminação e enfrentam hoje os mais alarmantes problemas.

As experiências pretendem se estender por toda a cidade satélite, num crescente envolvimento com a sociedade, universidades e órgãos governamentais visando o desenvolvimento integral do Distrito

Federal e até região geoeconômica. Em 26 anos de existência surgiram aqui mais de 50 favelas fincadas pela pressão migratória e estruturas políticas centralizadoras, há um déficit de cem mil moradias e de mais de 260 mil empregos, sem considerar os inúmeros subempregados. No ano 2000 Brasília terá quatro milhões de habitantes.

## Suporte

Luiz Gonzaga Scortecci, foi o secretário executivo do Grupo de Trabalho, criado em setembro último pelo GDF, que elaborou o documento intitulado "Política de Ação Complementar para o Desenvolvimento Integral do DF", que hoje norteia os destinos do ITA. Scortecci, um dos diretores do Instituto esclarece que este não é um órgão competitivo com os demais, "ele veio para complementar as ações de desenvolvimento, somando e servindo de suporte para estas realizações", acrescenta. Ele faz questão de frisar que tudo será feito de acordo com a comunidade, num resgate necessário e emergencial de suas potencialidades criadoras. "Não temos soluções prontas, nós vamos à comunidade buscá-las", enfatiza ao informar que a palavra chave dos projetos serão a autodeterminação, por sua vez responsável pela autogestão e autosubsistência das comunidades.

Na prática, o ITA busca soluções cientificamente corretas, a custos bastante reduzidos, para problemas que a comunidade de baixa renda experimenta para morar, viver, se educar, ter saúde, recuperar e preservar o meio ambiente. A qualquer pessoas as propostas do ITA fascinam, até mesmo pelo empenho e determinação de seus diretores, com concepções novas e revolucionárias para problemas tratados (às vezes sem necessidade) com soluções convencionais e de custo bastante elevado.

Mas nem por isso o ITA tem pressa, suas "cabeças pensantes" (um time de comprovada experiência em técnicas alternativas) preferem implantar gradualmente as experiências, envolvendo e mobilizando a população. Em Brazlândia, o Núcleo de Fitoterapia do Centro de Desenvolvimento In-

tegral (Farmácia Verde) completa um mês atendendo a mais de trinta pessoas por dia, que vão ali em busca das plantas medicinais e de conhecimentos que o passar dos anos — e interesses multinacionais — as fizeram perder. Resgatar estas culturas, estas formas de saber popular que interessa ao ITA recuperar e aperfeiçoar, sempre aliado à comunidade e aos órgãos do setor (no caso a Secretaria de Saúde).

## Habitação

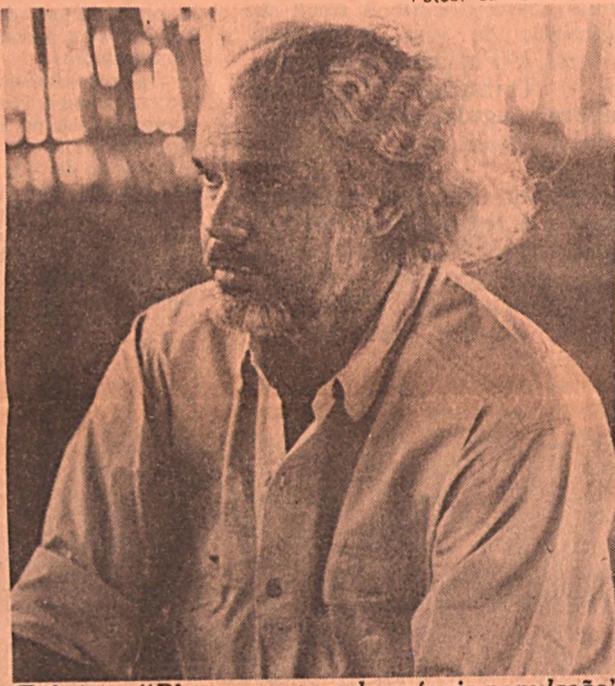
Na área de habitação, por exemplo, a meta é assessorar a SHIS, trabalhando em conjunto para implantação dos assentamentos ecológicos. Para o arquiteto e diretor técnico do Instituto, Fabricio Pedrosa, estes planos não têm fórmulas prontas: "eles partem da própria população", acrescenta. Ele vem de uma rica experiência de onze anos com métodos alternativos no Senegal, Angola e Filipinas. "Meus melhores professores de arquitetura foram os camponeses africanos", resume acrescentando: "Quem constrói mesmo é o povo, até bem pouco tempo o Governo só fez atrapalhar". Pedrosa lamenta o fato de ser o Brasil um dos países que menos aplicam em tecnologia alternativa e por isso classifica de "corajosa" a atitude do governador José Aparecido em criar o ITA, a seu ver capaz de mudar o próprio conceito de homem.

Sonhos à parte, uma das maiores dificuldades do ITA (além da previsível falta de recursos) é a adaptação à máquina administrativa do GDF. "Nós temos uma estrutura atípica que é difícil de ser aceita pela burocracia governamental", acrescenta Pedrosa. Ele conta que a área não é institucionalizada e contará com profissionais de formação prática, cujo trabalho na estrutura administrativa vigente não encontra respaldo e boa remuneração. Apesar destas e outras dificuldades o ITA veio para ficar. Resta à comunidade se mobilizar mais e aguardar que os demais programas (cuidadosamente estudados) tenham chance de sair do papel, onde se encontram hoje a maioria das verdadeiras soluções deste País.

Fotos: Carlos Menandro



Scortecci: "Não temos soluções prontas"



Fabricio: "Planos partem da própria população"

## Sete programas já estão definidos

O Instituto de Tecnologia Alternativa pretende contar com apoio de organismos das Nações Unidas, Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Urbano, Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência e já tem propostas concretas para sete novos programas, chamados de Frente de Ação Integral. Atualmente as atividades desenvolvidas contam com aliados como a Coordenação para Assuntos do Meio Ambiente (Coama), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (Emater) e Universidade de Brasília, além de várias secretarias diretamente envolvidas no projeto.

O primeiro programa é o de "Ação Comunitária Integral (Paci) que consiste em se fazer um mapeamento a nível domiciliar dos "Talentos" (pessoas criativas, identificadas através de seu modo de vida, dos processos que assimilam ou das relações interpessoais e comunitárias que mantêm). Essas pessoas seriam exemplos vivos que inaugurariam uma reação em cadeia, visando resgatar os valores culturais e repassar as tecnologias alternativas, além de apoiar a organização comunitária, a inovação, criatividade e todas as iniciativas no rumo da autodeterminação. Esse trabalho seria executado por "agentes de desenvolvimento integral", indicados a nível da escala de vizinhança para serem treinados e reciclados pelo Programa, cuja base física será o "Centro de Vivência para o Desenvolvimento Integrado", em local de fácil acesso urbano. Tais agentes, contratados pelo poder público, treinados em áreas que apresentem maior facilidade e tendência, servindo como catalisadores que levariam os indivíduos à autodeterminação. Na prática esse programa pode resultar em horta doméstica, helicultura, culinária integral, microempresa caseira, oficina de fundo de quintal, jornal de bairro, aquecimento

solar, processamento doméstico de lixo, reforma de habitação, mutirão e outras reivindicações e indicações da comunidade.

O segundo programa é o de Reorientação de Políticas Setoriais (PRPS), que visa a democratização e "ecologização" das políticas setoriais do Governo. A ideia é que o Centro de Desenvolvimento Integral exerça críticas às políticas governamentais oferecendo às secretarias subsídios concretos, visando alcançar o progresso («sinônimo de autodeterminação radical, libertação crescente das estruturas que condicionam o indivíduo e a comunidade a dependência por medo, ignorância, pressão do poder econômico tecnológico e político partidário, condicionamentos históricos e culturais, propaganda mentirosa, segregação e desenvolvimento integral («expansão geográfica de um certo grau de progresso conquistado»).

Já o Programa de Documentação e Informática Social (PDIS) vai estruturar e gerenciar um sistema de monitoramento de campo e documentação bibliográfica na área do desenvolvimento integral. Ai se incluem projetos editoriais (livros, revistas, apostilas, fichários, «tapes», painéis, entre outros).

Ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas caberia a implantação, manutenção e operação de núcleos-laboratórios de pesquisa e tecnologias alternativas, especialmente na área fitoterápica (ervas medicinais), de medicina não alopatas (homeopatia), acupuntura, naturopatia, alimentação, nutrição, biotecnologia etc). Esses núcleos poderiam ser criados através de convênios com entidades privadas, órgãos públicos, universidades, dentro dos limites político-administrativos das comunidades e mobilizando o maior número possível de recursos humanos a nível local e sem prejuízo à pesquisa de terceiros.

O quinto programa trata de "Interiorização de Vocações Comunitárias"

— PIVC, que consiste em transferir para as pequenas cidades ou campo, famílias motivadas para isso. Dentro de uma política alternativa, o PIVC articularia outros programas como o habitacional, de microempresas etc, para viabilizar a transferência das famílias para municípios mobilizados para recebê-las.

O Programa de Assentamento Ecológico (Pase), visa implantar assentamentos agroubanos, através de consórcio e/ou cooperativas autofinanciáveis. Nessas «células» a expansão não poderia se dar pela inchação ou desenvolvimento da malha urbana, mas pela multiplicação integral da unidade-modelo, num segundo sítio.

O último programa trata da Legislação Básica (PLBA) e tem como finalidade desenvolver estudos, formular pareceres, propostas e acompanhar a evolução dos textos legais que poderiam empregar respaldo para a implementação da Ação Integral, inclusive a nível nacional. Sua preocupação seria com as edificações, posturas, preservação ambiental, saúde, defesa do consumidor e com a própria constituição.

## Institucionalização

O Grupo de Trabalho defende que um Conselho de Desenvolvimento Integral seja criado para definição e avaliação das políticas. Para coordenação seria criada uma Secretaria Executiva e por fim no plano operacional, as Frentes de Ação Integral (Programas), que por sua vez articulariam projetos, atividades, eventos, ações e iniciativas, também já planejadas.

Dentre os projetos, o Centro de Vivência para o Desenvolvimento Integrado de Brazlândia já foi iniciado. Ele comportará, além da Farmácia Verde, espaço para atividades socio-culturais, exposições audiovisuais, reuniões públicas e outras.